

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v5n2a2024.2>



Título

Neoliberalismo e as reformas do século XXI: o impacto na educação brasileira

Autores

Diego Fonseca Dantas

Ano de publicação

2024

Referência

DANTAS, Diego Fonseca. Neoliberalismo e as reformas do século XXI: o impacto na educação brasileira. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, 2024.

Recebimento: 08/07/2024
Aprovação: 10/09/2024

NEOLIBERALISMO E AS REFORMAS DO SÉCULO XXI: O IMPACTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

NEOLIBERALISM AND THE REFORMS OF THE 21ST CENTURY: THE IMPACT ON BRAZILIAN EDUCATION

Diego Fonseca Dantas*

Resumo: O tema deste ensaio é fomentar uma revisão crítica do neoliberalismo e seus impactos nas políticas públicas do Brasil, incluindo aí, a cultura educacional. O discurso de Friedman e de seus discípulos filiados a Escola de Chicago evidenciam, a partir dos anos 1970, a total desmoralização da escola como espaço de saber e de formação humana, rebaixando-a à condição de mercadoria. Neste sentido, é deliberada e consciente e não aleatória, a exposição dos problemas materiais da escola, como fosse algo estrito apenas da responsabilidade direta da instituição, esquecendo conscientemente que muitas vezes àquela realidade é decorrente de conjunturas de ajuste fiscal e de crise econômico-financeira. Há a tentativa e decerto com sucesso na consciência de muitas pessoas de que a escola está apartada da sociedade e do Estado. Tudo se resume à questão da gestão. Porém, a característica perversa atrelada ao ideário do Estado Mínimo neoliberal se mostra principalmente quando examinamos, mas no sentido inverso do exposto, a manutenção do padrão de pobreza e de impossibilidades historicamente imposto às classes populares.

Palavras-chave: Ideologia; Educação; Neoliberalismo.

Abstract: The essay theme is to foster a critical review of neoliberalism and its actions in public policies in Brazil, including an educational culture there. The speech of Friedman and his disciples affiliated with the Chicago School evidenced, from the 1970s onwards, a total demoralization of the school as a space for knowledge and human formation, lowering it to the condition of merchandise. In this sense, it is deliberate and conscious and not random, the exposure of the material problems of the school, as if it were something strict only of the direct responsibility of the institution, forgetting consciously that many times precedes reality is due to

* Doutor em Educação pela UFF. Professor de cursos de extensão e pesquisador pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFIPE) da UFF.

conjunctures of fiscal adjustment and economic-financial crisis . There is an attempt and certainly a successful one in the consciousness of many people that the school is separate from the society of the State. It all comes down to the issue of management. However, a perverse characteristic linked to the ideology of the neoliberal Minimum State is shown mainly when we examine, but in the opposite sense of the above, the maintenance of the pattern of poverty and the impossibilities historically imposed on the popular classes.

Keywords: Ideology; Education; Neoliberalismo.

À guisa da introdução

A partir de meados de 1970, a crise estrutural do capitalismo no Ocidente que se arrastava há quase uma década e meia, enfrentava mais um dos seus ciclos virulentos, desta feita agravado por uma crise energética mundial sem precedentes¹. Se o ciclo do *Welfare State* adotado há décadas pelos países da Europa já sinalizara o seu esgotamento em razão da queda de produtividade e da perda de competitividade no mercado mundial, naquele momento a situação parecia caótica. Nesse quadro, liberais radicais retomavam a grita pela primazia da liberdade econômica, da racionalização do mercado e de Estado mínimo, sem intervenção na economia de livre mercado e pelo enfrentamento do poder sindical².

A partir de 1979, na Inglaterra, com Margareth Thatcher, seguido dos EUA, com Ronald Reagan na presidência, em 1981, teve início um

¹ Entre 1973 e 1974, em razão dos embargos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), liderada pelos países árabes como resposta do apoio dado pelos EUA a Israel durante a guerra do *Yom Kippur*, o preço do barril de petróleo subiu extraordinariamente provocando o desmantelamento da balança de pagamentos da maioria dos países dependentes da *commoditie*.

² A financeirização da economia e a consolidação do mercado de capitais, assim, como a redução gradativa da taxa de lucros do grande capital, e a valorização do salário real acima dos níveis de produtividade econômica, o que demonstrava o poder político dos sindicatos, formavam um bloco de motivos para os liberais exigirem mudanças na política econômica.

conjunto de práticas econômicas e sociais que em brevíssimo tempo iriam desregular as relações herdadas do *Welfare State*. Desde a privatização de estatais e de empresas públicas, a quebra do poder sindical nas negociações trabalhistas, a terceirização das atividades funcionais das empresas, a redução dos direitos sociais e do poder de renda das classes médias e populares, foram algumas das principais medidas cuja denominação comum seria conhecida como *política neoliberal*. Em pouco tempo essas medidas seriam igualmente adotadas na Europa mesmo em países sob governos de centro-esquerda, como a França, de François Mitterrand, ainda que disfarçadamente. A queda do muro de Berlim, em 1989, seguida da eleição da direita alemã, de Helmut Kohl, o advento da *glasnost* e da *perestroika* na antiga URSS e o fim da Guerra Fria, deram início à hegemonia ideológica do neoliberalismo que se estende até os dias atuais.

Nossa proposta, portanto, é entrar numa breve digressão visando dar um arcabouço teórico ao que se entende por neoliberalismo, na segunda seção, uma síntese do percurso do neoliberalismo e seus efeitos concretos nas políticas públicas do Brasil, para depois, concluirmos com breve síntese de seus impactos na cultura educacional brasileira.

Antes de darmos seguimento ao exame do neoliberalismo no Brasil, achamos importante abrir um parêntese para alguns esclarecimentos pontuais sobre para entendermos a sua origem remota entre nós.

Do pensamento neoliberal em geral

O neoliberalismo está referenciado no liberalismo clássico, cuja orientação teórica principal está na crença de que a ação de pequenos grupos individuais traz como resultado a transformação da sociedade. Entre seus artífices está John Locke (2005), pensador inglês considerado o pai do liberalismo posto que defende a positivação dos direitos naturais

como forma de apartar o Estado da sociedade, e, com isto, resguardar a liberdade do indivíduo em forma de sua própria vida e de sua propriedade. Para ele, a liberdade entre os homens é a forma de proteção do indivíduo frente a um Estado despótico ou tirano, sendo ainda que é a propriedade individual, cujo usufruto originário se dá mediante o trabalho na terra, que de fato que funda o governo o que por sua vez, funda as leis. Contemporaneamente pensadores como Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek, da Escola Austríaca, e Milton Friedman, da Escola de Chicago, partem dos mesmos pressupostos de Locke para fundamentar a política econômica liberal do século XX, de resto sedimentadas na propriedade privada, na produtividade industrial e econômica diretamente relacionada ao trabalho livre e à livre iniciativa. Do ponto de vista das garantias jurídicas, a igualdade defendida pelo liberalismo é apenas formal, dado que a naturalização da desigualdade de renda e de riquezas é algo considerado normal e aceitável. Nesse sentido, o liberalismo e seu sucedâneo irão considerar o mérito individual decorrente do esforço e da livre iniciativa como único critério válido. Desde Locke, ainda no século XVII, os ideais liberais se encontram em frequente enfrentamento com as diversas correntes ideológicas que advogam, de uma ou de outra forma, a necessidade da presença do Estado na vida social. No século XX, o principal embate se deu quando da *Grande Depressão*, elevada a níveis extraordinários em 1929, e que se estenderia até o fim da Segunda Grande Guerra, na segunda metade da década de 1940. Para Friedman a responsabilidade da Depressão teria sido a política econômica equivocada do governo dos EUA, para outros, ela deveu-se a ausência de interveniência do Estado na origem do problema. A partir de 1933, já no governo de Delano Roosevelt, os EUA adotaram o *New Deal*, mediante o qual a política econômica, em parte baseada nos pressupostos de John Keynes, um economista britânico que advogava que cabia ao Estado regular o

mercado e providenciar o bem-estar social. Nascia assim o *Welfare State* adiante adotado na Europa até a crise dos anos 1970.

No Brasil, na Era Vargas, o Estado Social tinha uma configuração próxima do *Welfare State* quanto a providência do bem-estar social, porém ao Estado cabia também articular todas as suas partes e seus problemas, intervindo e regulando a sociedade, a economia e o mercado para a manutenção do nível de renda e do emprego. O Estado Social tinha ainda como diretrizes a universalização dos serviços de saúde, educação, previdência social, habitação e segurança no sentido de resguardá-los como direitos universais à população. Outras medidas importantes sob o Estado Social foram a implantação do sufrágio universal, o estabelecimento de direitos trabalhistas e de um sistema de ensino público, embora, com fortes contradições. Também, criou e articulou instituições paraestatais para a mediação entre Estado e sociedade com destaque à esfera econômica (criação da CSN, campanha o petróleo é nosso - Petrobrás). Fomentou também o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Também, para a mesma "finalidade" regulamentou os principais sindicatos, federações e confederações por trabalhadores, setor de atividade ou região. Nesse sentido, uma vez que

Nessa nova forma de Estado, haverá um aumento indireto de salários através, de um lado, de leis trabalhistas protegendo os trabalhadores, e, de outro, da forte ampliação dos serviços sociais e científicos proporcionados pelo Estado. O Estado Social que se torna dominante nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial foi resultado desse compromisso ao buscar, com razoável êxito, os cinco objetivos do Estado - segurança, liberdade, bem-estar econômico, justiça social e proteção da natureza - no quadro dos regimes democráticos (BRESSER PEREIRA, 2010, p. 2)

Não obstante, na medida em que a crise do capitalismo dos anos 1970 avançou arruinando as economias ocidentais e alavancando as tendências neoliberais, no Brasil, sob uma ditadura que se estabelecera com o apoio e recursos dos EUA, os gerentes civis da economia tomavam medidas no sentido contrário da crise internacional contraindo junto às agências internacionais multilaterais como o FMI e o BID, uma quantidade extraordinária de empréstimos com o intuito de realizar obras de infraestrutura. A ideia era acelerar o crescimento ainda que ao custo futuro de não poder arcar com a sua dívida. Durante um breve tempo conhecido como uma *ilha de tranquilidade*, o país, no entanto, não resistiria ao entrar nos anos 1980. Aqui, e na América Latina sob ditaduras (Chile, Uruguai, Peru, Bolívia, Paraguai, Guatemala, Argentina) a situação era de ruína completa. Com efeito:

O início da década de 1980 na América Latina é fortemente marcado pelos efeitos produzidos pela retomada do avanço imperialista dos EUA e dos países industrializados da Europa. Se a crise do petróleo, em 1973 e nos anos seguintes, havia freado temporariamente aquele avanço, a mesma crise serviria para que o capitalismo revisse profundamente o modelo fordista-keynesiano até então adotado, acelerasse o processo de reestruturação da atividade produtiva e desse aos políticos identificados com a visão ultraliberal, meios para reduzir fortemente o papel do Estado na rede de proteção social. Concretamente, no plano externo, os países industrializados elevaram os subsídios agrícolas e adotaram o protecionismo econômico como forma de garantir empregos em suas próprias regiões, ao mesmo tempo em que forçavam os países em desenvolvimento a fazerem uma drástica redução da sua produção mediante o corte de crédito e o aumento dos juros internacionais. Disso resultou o crescimento incontrolável das dívidas interna e externa da maioria dos países da América Latina, pondo em evidência a fragilidade da situação econômica dos governos ditatoriais que até então se sustentavam politicamente com base num crescimento artificial (REIS, 2012, p. 153).

Neste contexto, não foi ocasional o surgimento do neoliberalismo entre nós:

Como reação ao Estado Social, surge nos anos 1970 uma onda ideológica liberal radical - o neoliberalismo. Através de reformas orientadas para o mercado, o neoliberalismo ganha força nas duas décadas seguintes e busca mudar a natureza do Estado enquanto instituição constitucional-legal. Essa ideologia pregava a manutenção do objetivo da segurança, deu absoluta precedência à liberdade e subordinou os outros três objetivos ao liberalismo econômico ao promover a diminuição do tamanho do Estado. Dessa maneira, propunha a transformação das duas formas que o Estado havia assumido nos 50 anos anteriores - o Estado Social, nos países desenvolvidos, e o Estado Desenvolvimentista nos países em desenvolvimento - em seus principais adversários (BRESSER PEREIRA, 2010, p. 2)

Partindo desses esclarecimentos, podemos então fechar o parêntese e passarmos ao exame do neoliberalismo e a educação brasileira.

O impacto do neoliberalismo nas políticas públicas e cultura educacional do Brasil

A aprovação da lei nº 4.024/61, para além das formalidades contidas no seu texto, é possível constatar que mediante um acordo *pelo alto* fora conseguido para que os recursos para o financiamento da educação nacional fossem compartilhados entre o ensino público e o privado. Dessa forma, sob o clichê da liberdade de ensinar, firmou-se na letra da lei o direito de a iniciativa privada contar com subvenções do Estado para o provimento e a manutenção de escolas particulares. Era o liberalismo às avessas, à brasileira, contradições do *Ornitorrinco*, mas que não eram aleatórias (OLIVEIRA, 2013). Isto ocorre justamente quando ideias do liberalismo vão ganhando a hegemonia em todo o mundo,

primeiro nos países do centro capitalista, e que ganham ressonância na educação com a teoria do capital humano, tal como analisado por Gaudêncio Frigotto (2006). A defesa da educação como importante para valorização do capital humano, seria uma forma de dizer que a educação é um investimento de capital para manter altos níveis de produtividade econômica, associado aos ganhos individuais advindos da meritocracia (GENTILI, SILVA: 2015). E a escola como formadora de quadros principalmente quando a economia se voltava para a atividade industrial e por sua vez, demandava educação mais qualificada, a cultura educacional precisava justamente sofrer uma inflexão. Segundo Neto (2015), o próprio Milton Friedman teve contribuição para difusão do capital humano:

Para Friedman, o investimento em capital humano é um grande negócio, com altas taxas de retorno de médio prazo, na medida em que, ao investir em seus funcionários, há a possibilidade de obtenção de uma maior produtividade do trabalho desempenhado. Sua proposição é que o investimento em capital humano é rentável porque o retorno proporcionado pelo investimento feito é maior que o seu custo. Contudo, esse tipo de investimento ainda é pequeno, ou seja, há um sub investimento em capital humano, que reflete a imperfeição do mercado de capital. (Idem, id, p. 180)

O discurso de Friedman e de seus discípulos filiados a Escola de Chicago evidenciam, a partir dos anos 1970, a total desmoralização da escola como espaço de saber e de formação humana, rebaixando-a à condição de mercadoria. Neste sentido, é deliberada e consciente e não aleatória, a exposição dos problemas materiais da escola, como fosse algo estrito apenas da responsabilidade direta da instituição, esquecendo conscientemente que muitas vezes àquela realidade é decorrente de conjunturas de ajuste fiscal e de crise econômico-financeira. Há a tentativa e decerto com sucesso na consciência de

muitas pessoas de que a escola está apartada da sociedade e do Estado. Tudo se resume à questão da gestão. A crítica da escola e do ensino público segue a estratégia de inépcia e letargia do Estado que não provê os recursos necessários, seguida do sucateamento escolar. Isto se repete a outros ramos de responsabilidade direta e indireta do Estado, transportes, saúde, serviços públicos em geral. E isso não vem ao acaso, pois a ideologia que alimenta a teoria do capital humano está aderente a um processo concreto e material de reificação da sociedade, de total mercantilização da economia, da educação e do próprio indivíduo, penetrando em todo o tecido social.

As premissas da metodologia de processos de *qualidade total* fundadas no toyotismo e aprimoradas e levadas adiante por consultores empresariais estadunidenses, se tornariam um paradigma para as empresas e de igual modo para as escolas. Defendendo práticas decisórias econométricas baseadas em fatos, cálculos e métodos racionais, correção dos desvios do processo etc. para realizar a gestão de qualquer atividade humana, a teoria do capital humano contribuiria para alienar ainda mais a educação, fetichizando-a também como uma mercadoria, como um investimento, como um negócio. Cabe esclarecer que Friedman separa a instrução da educação. A primeira pode ser realizada livremente na sociedade, e a segunda, é função paternalista do Estado. Desta forma, ele usa de um conceito semântico para alargar e justificar a ação da iniciativa privada na educação, no que se refere a instrução. Pois

[...] propõe um sistema de educação nacional baseado na privatização da organização escolar sendo que o Estado teria como função garantir os padrões mínimos de funcionamento, em termos de infraestrutura e de currículo. Essas propostas pressupõem que as instituições escolares são similares às organizações empresariais, faltando apenas adquirem a forma de uma instituição com fins lucrativos. A finalidade lucrativa das instituições escolares

é necessária para atrair investimentos privados, pois, caso contrário à proposta de privatização torna-se inviável. (NETO, 2015, p.180)

Da década de 1960 até os anos 1990, o neoliberalismo se moveria num contexto ideológico nacional controverso, ora avançando impulsionado pela teoria do capital humano, ora sendo obrigado por vezes a retroceder dada natureza conflagrada do campo de disputas ideológicas. Se a aprovação da Constituição de 1988 abriu o caminho para que as forças progressistas acreditassem ser possível emplacar uma nova LDBEN ao seu feitio, as forças conservadoras também acreditavam que a posse de Collor de Mello na presidência da república, em 1990, e, adiante, a de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, tornava os ventos mais favoráveis para as suas propostas.

Conforme Bresser-Pereira, a reforma gerencial do Estado ocorrida em 1995 foi fundamental para se fortalecer o Estado das políticas neoliberais, apesar de tal reforma ter sido vinculada às ideias neoliberais à época. Segundo o autor, tal iniciativa reforçou como consequência primeira o fortalecimento do Estado, mostrando o equívoco da associação, “quanto ao fato de as diretrizes básicas do plano diretor da reforma do aparelho do Estado continuarem a ser implantadas no nível federal, e em muitos estados e municípios independente da orientação política dos respectivos governos” (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Porém, o que se percebe é que embora o Estado demandasse alguma melhoria em gestão, arrancando-lhe em alguma medida práticas burocráticas e patrimonialistas, dando-lhe uma estrutura mais funcional e reconhecemos em alguma medida que alguma organização é necessária, o que Lukács chama de reificação espontânea ou ingênua, o que se percebe através de pesquisadores e críticos do neoliberalismo é que a Reforma virou subterfúgio para também se avançar em políticas neoliberais radicais, como privatizações,

terceirização, desregulamentação da economia. O autor, então Ministro de Estado do Governo Fernando Henrique à época exemplifica com dois fatos referentes aos Governos FHC e Lula:

Quando começou o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Sistema Único de Saúde, criado pela Constituição de 1988 para garantir o direito universal aos serviços de saúde, estava em crise. Não se havia ainda logrado estabelecer um sistema de financiamento para o SUS, e os hospitais envolvidos ofereciam serviços deficientes e se envolviam com frequência em denúncias de corrupção. A norma que regulava os serviços não dava conta do problema. Entretanto, ao final de 1996, começou uma grande reforma gerencial do SUS com base na Norma Operacional Básica (NOB) 96, ao mesmo tempo em que se definiam fontes de financiamento para os serviços.

Sobre o Governo Lula, diz:

Fenômeno semelhante está ocorrendo com a Bolsa Família no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente, a ideia era a de distribuir cestas básicas em um programa denominado Fome Zero. Entretanto, logo se verificou que esse programa estava mal formulado e mal administrado.

Optou-se, então, por unificar e administrar gerencialmente as diversas bolsas em dinheiro e espécie que existiam até então, dar a todas, o nome de Bolsa Família e aumentar consideravelmente sua abrangência. O resultado foi positivo. Enquanto o programa Fome Zero havia sido objeto de críticas permanentes, a Bolsa Família revelou-se efetiva em atender a um custo baixo os realmente pobres. Embora os representantes do Partido dos Trabalhadores enquanto estavam na oposição fossem críticos da Reforma Gerencial, o governo Lula vem adotando muitos dos seus princípios³.

³ O emprego de técnicas gerenciais na administração da Bolsa Família e na reforma da Previdência, assim como a exigência do Ministério da Educação de que as universidades federais que adotam o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Pois, ao fim do século XX o Brasil vivia ainda o início da Nova República, em pleno vigor da Constituição de 1988 e, assim como o mundo, sob a égide ideológica das políticas públicas sob o contexto do neoliberalismo, e, sob a falência da União Soviética com a queda do Muro de Berlim em 1991. Nisto, é importante ressaltar:

O neoliberalismo, como forma de organização e atuação política do Estado, constitui-se como vetor de precarização e não desenvolvimento do Estado de bem-estar social. Por meio de políticas de abertura econômica, privatização, flexibilização, desregulamentação do mercado, redução dos investimentos públicos etc., ele acabou por promover um profundo desajuste social. (FERREIRA, 2013, p. 361)

É justamente neste contexto em que as demandas dos populares, assim, como das minorias, como negros, LGBTs e mulheres são mais agravadas. Pela redução da capacidade de o Estado formular políticas públicas não somente no que diz respeito a políticas econômicas e redistributivas, mas, também, sociais como forma de possibilitar à democratização e o acesso ao espaço e aos serviços públicos como a educação, saúde, segurança, ao emprego, e, por conseguinte, à renda. Para o neoliberalismo o Estado deve ser mínimo, e, para tanto, deve transferir para Organizações Sociais o dever de atender a população quanto à saúde e a educação e demais problemas que afetem a sociedade. Dada o histórico de concentração de renda do país, decerto que as famílias das elites econômicas, e alguns dos segmentos menos empobrecidos das classes médias, não têm dificuldade de acesso ao sistema de saúde privado bem como à educação básica privada e

Expansão das Universidades Federais (REUNI) elaborem planos estratégicos, são duas demonstrações desse fato (Idem, id.)

facilidade de acesso ao ensino superior público, dada a qualidade deste último em relação ao privado. Sedimentada desde a colônia, a desigualdade na formação cultural das classes populares no que se refere as oportunidades e recursos do Estado inviabilizam o acesso e usufruto dos aparelhos culturais, do aprendizado de idiomas estrangeiros, dentre outras oportunidades de acesso a benefícios formativos. A característica perversa atrelada ao ideário do Estado Mínimo neoliberal se mostra principalmente quando examinamos, mas no sentido inverso do exposto, a manutenção do padrão de pobreza e de impossibilidades historicamente imposto às classes populares. Confirmando o processo ideológico e político de hierarquização da sociedade (cartorial) e da segregação social que nem a abolição da escravidão resolveu na prática, nem o processo da Independência e os da Primeira e Segunda República conseguiram subverter. Acrescente-se a esse quadro a situação das minorias socioculturais e de todos os setores estigmatizados por suas respectivas condições ou opções pessoais numa cultura predominantemente chegada ao machismo, à misoginia, à homofobia dentre outras características perversas:

O racismo se desenvolveu como uma espécie de pilar ideológico na formação e estruturação da sociedade brasileira. A discriminação racial mediou por centenas de anos e por diversas gerações as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade, hierarquizando-a injustamente com base na subjugação da população negra. O fim da escravidão, contudo, não foi sucedido por políticas antirracistas que teriam contribuído para romper com os séculos de atraso que nos prenderam e nos prendem até hoje aos grilhões de uma pré-modernidade legada pela injustiça dos nossos colonizadores (FERREIRA, 2013, p. 363).

Conclusão

Em 1995, inicia-se à política de cotas no governo Fernando Henrique, reservando 20% dos cargos da administração pública. De fato, algum tipo de iniciativa vem amenizar o quadro, quando da participação do Brasil na conferência de Durban na África do Sul em 2001. E com o Governo Lula, este processo se consolida com as ações afirmativas como as cotas sociais e a facilitar amplo acesso dos negros e pardos à educação dentro de um marco regulatório⁴ e com a criação de uma secretaria, a SEPPIR, que possuía status de ministério. Sobre as políticas para as mulheres, na Constituinte de 1988 o movimento feminino e feminista conquista uma vitória com a Carta das mulheres brasileiras aos constituintes o que conseguiu que grande parte de suas reivindicações fossem acolhidas na Carta Magna. Em 2003, no Governo Lula, foi criada a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres).

Outro ponto agravante é sobre a diversidade de gênero que vem sofrendo sistematicamente ataques que se espraiam de movimentos conservadores na sociedade, no que ficou pejorativamente conhecida como ideologia de gênero⁵.

Em síntese sobre a educação, a visão advinda principalmente no Governo FHC de separar o ensino profissional do ensino médio do qual houve bastante resistência, sobretudo nas escolas técnicas federais e nos CEFET's foi um momento de tensão em que mostra bem que a visão

⁴ Lei 10.639/2003 altera os artigos 26^a e 79B da LDB 9.4.96/1996.

⁵ Desde os debates sobre o projeto de Lei que, depois, de aprovado, transformou-se no Plano de Educação (PNE) vem havendo um recrudescimento de uma vertente de um fenômeno já existente caracterizado por conservadorismo, reacionarismo, intolerância e fundamentalismo em relação à abordagem de questões de gênero e diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino. Quem expressa essas atitudes alega que existe um complô internacional que quer implantar a "ideologia de gênero" nas escolas e que tal ideologia [...] segundo esta linha de pensamento, as consequências da ideologia de gênero também incluiriam a perversão sexual das crianças e a destruição da família tradicional (REIS, 2016, p. 118).

neoliberal de educação nem considera mais a formação técnica profissional como vista como responsabilidade do Estado. A precarização do trabalho, a terceirização e a mercantilização da educação onde o ensino de 1º grau e de 2º grau possuem uma condição ímpar de formar tanto o cidadão quanto o trabalhador, dá o tom de como toda a sociedade é vista meramente como uma questão economicista, monetizada.⁶

Podemos concluir que a reforma neoliberal do Estado e seu impacto na educação como a LDB 9.394 de 1996 constituem deveras pontos nevrálgicos do modelo de formação econômico social do Brasil, em que o moderno e o arcaico são faces da mesma moeda. Como se propõe uma medida como esta de separação do ensino profissional do ensino médio - embora tenha sido revertida no Governo Lula – sendo que a maior parte da mão de obra desde o século XX está no setor terciário e a industrialização ainda é deficiente e possui problemas em época de forte demanda? Onde a questão da qualificação da mão-de-obra embora pleito do século passado ainda é a realidade, inclusive urbana do Brasil. Ainda mais agora em que as disputas em torno da cultura educacional entram e avançam agora para o plano concreto dos costumes, da consciência e da ideologia, como se pôde ver na tentativa do Movimento escola sem partido (*para apenas ficar neste exemplo dentre outros como o BNCC, influência de fundações privadas*), uma vez que a virada da escola para um modelo de racionalização econômica como se fosse uma empresa é ponto pacífico. Desafortunadamente.

⁶ As palavras do próprio mentor deste processo no Brasil, o Presidente Fernando Henrique não deixa margem à dúvida em agosto de 1996: “*Ou seja, vamos ter uma briga grande pela frente para aprovar esta reforma, mas, é o passo que falta para dizermos que a educação primária já está encaminhada. Para a profissional, Paulo Renato tem um projeto bom; falta agora a universitária, e ver esta queixa das universidades, que estão permanentemente contra o governo federal. A verdade é que passamos de 3 bilhões de reais para 5 bilhões de reais o orçamento das federais. Acontece que o Estado estava casado com a inflação e as universidades também, por consequência.*” (CARDOSO, 2015, p. 706).

REFERÊNCIAS

BALEEIRO, A. Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. 103 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2).

BRASIL. DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf> Acesso em: 05 de maio.

BRASIL, Fundação Perseu Abramo. **Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo**. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-04042017.pdf> Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, L. C; SPINK, P. (Org) **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial**, disponível em: <http://search.scielo.org/index.php> em 02/07/2012.

CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência, 1995-1996**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CÁSSIO, F. (Org). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo: 2019.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª edição São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, R. Dez anos de promoção da igualdade racial: balanços e desafios. In SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 8ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 2006.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GENTILI, P. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. - 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LACERDA, C. **Discursos Parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LOCKE, J. **Dois Tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MENICUCCI, E. Dez anos de política para as mulheres: avanços e desafios, In SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Liberal, 1987.

NETO; S. **História da educação brasileira**. São Paulo: Salta, 2015.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes 2017.

SHIROMA, E. Oto; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4ª edição Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Outras fontes

Disponível em
<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-201.pdf>. acesso em 27 de outubro de 2019.

Disponível

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em 27 de outubro de 2019.

Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm)

[1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm). Acesso em 16 de abril de 2019

Disponível

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdfAcesso 15 de abril de 2019

Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 29 de abril de 2019.

Disponível <http://vejario.abril.com.br/cidade/polemica-na-escola-parque/> acesso em 12 de setembro de 2020.

Disponível <https://oglobo.globo.com/economia/estacio-abre-escolas-de-ensino-medio-com-curso-profissionalizante-21998344> acesso em 12 de setembro de 2020.